

O Histórico Político-Legislativo dos Livros Didáticos de Ciências no Brasil
The Political-Legislative History of Science Textbooks of Brazil
La Historia Política-legislativa dos Libros de texto de Ciências de Brasil

Recebido: 09/02/2020 | Revisado: 16/02/2020 | Aceito: 03/03/2020 | Publicado: 20/03/2020

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1744-4831>

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil.

E-mail: hugo.azevedo@ioc.fiocruz.br

Eric Vinaud de Melo Farias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2424-1277>

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: eric.melo2825@gmail.com

Cristiane Pereira Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5782-4217>

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: Cristiane.ferreira@ifrj.edu.br

Resumo

O livro didático apresenta fortemente um monopólio editorial e estatal, denotando a este material um instrumento de manobra política governamental estatutária, além de sua função para com seu conteúdo pedagógico. Neste artigo, apresentamos um percurso histórico legislativo do livro didático de Ciências com o uso bibliográfico e de documentos que regeram seu percurso político em determinado momento da história legislativa deste material didático com a finalidade de um levantamento histórico de sua legislação dos séculos XX e XXI.

Palavras-chave: Livro Didático; Histórico legislativo; Ciências.

Abstract

The textbook strongly presents an editorial and state monopoly, denoting this material an instrument of statutory government policy maneuver, in addition to its function towards its pedagogical content. In this article, we present a legislative historical course of the science textbook with the bibliographic use and documents that governed its political course at a

given moment in the legislative history of this didactic material with the purpose of a historical survey of its legislation of the twentieth and twenty-first centuries.

Keywords: Textbook; Legislative history; Sciences..

Resumen

El libro de texto presenta enérgicamente un monopolio editorial y estatal, denotando este material como un instrumento de maniobra legal de política gubernamental, además de su función hacia su contenido pedagógico. En este artículo, presentamos un curso histórico legislativo del libro de texto de ciencias con el uso bibliográfico y los documentos que gobernaron su curso político en un momento dado en la historia legislativa de este material didáctico con el propósito de un estudio histórico de su legislación del siglo XX. y los siglos veintiuno.

Palabras clave: libro de texto; historia legislativa; ciencias.

1. Introdução

1.1 O Livro Didático Como Ferramenta E Objeto Político.

O livro didático, faz parte da cultura e memória visual da sociedade. Enquanto objeto físico e analógico. Pode ser caracterizado como um produto intelectual e didático. Trazendo em seu escopo, um nivelamento técnico-científico de acordo com o período escolar destinado. Todavia, enquanto produto social, Stray (1993) o caracteriza como uma ferramenta cultural híbrida, pois parte de um cruzamento das Ciências de referências com as práticas pedagógicas por meio do processo de reconhecimento dos saberes socialmente válidos.

Sua origem é datada do século XV, nas universidades da Inglaterra deste período, onde era produzido pelos próprios alunos com a finalidade deste ser passado para os próximos ingressantes. Os alunos procuravam em sua linguagem, explicar conteúdos e conceitos das formas mais acessíveis para os próximos usuários. Sendo assim, formando a interação técnica-científica-pedagógica (CHOPPIN, 2004).

Entretanto, não pode ser esquecido, que enquanto produto cultural o mesmo se torna um objeto político, como instrumento de manobra, movimentação econômica e poder estatal. Francalanza (1993) já discute em seus dados o teor e interesse sócio-político que os livros de Ciências carregaram durante todo o período da história pós modernista brasileira do século

XX. Além de sua “posição social” dentro do ensino formal, onde este teria uma função de importância, delegando a ele uma tarefa de “manual didático” (termo utilizado no século passado). Talvez esta posição dos livros de Ciências estivesse puramente ligada as disciplinas de referências, dado o prestígio que estas recebiam da sociedade pós modernista. Logo, esta posição estaria em uma linearidade vetorizada de poder científico entre academia e escola. Sendo que os livros eram (e ainda conseguem ser) unicamente produzidos no ambiente universitário e científico. Seria assim, uma forma das Ciências de referência e do saber científico, guiar e intervir de forma incisiva no que deve ser instruído enquanto saber escolar (CHOPPIN, 2004).

A politização do livro didático no Brasil, de acordo com Munakata (2012), estaria estritamente ligada ao crescimento da escolarização provinda do final do século XIX. A autora discute em seu escopo reflexivo, que este aumento da escolarização que, por ventura, culminou em um ensino público e gratuito no século XX, teria sido sugestivo aos interesses políticos, uma vez que seria cada vez maior, sua distribuição regional. Para a autora, as pressões capitalistas começaram a atuar sobre a produção deste material assim que este foi considerado um objeto de manobra com a disseminação dos conceitos propostos pela sociedade e na economia editorial.

Sendo assim, se torna necessário discutir sua importância e função no ensino básico formal de Biociências. Como demonstrado anteriormente, o termo “manual” se tornou frequente no pós-modernismo do século XX. Esta designação estaria diretamente ligada ao que se esperava deste material no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, podemos dividir o percurso político- epistemológico do livro didático enquanto produto em duas fases: Século XX e Século XXI. No que tange o século XX, os autores deste período, denotam a este, a função de demonstrar o percurso pedagógico e científico que deverá ser “seguido” para este processo, colocando-o em evidência nos ensinamentos de Ciências, onde além de demonstrar o “caminho” a ser percorrido, também apresentavam listas de experimentos e métodos científicos para testar em aula. (FUSARI, 1990; CARLINI-COTRIM & ROSEMBERG, 1991; FRACALANZA, 1993; BONINI, 1998).

No século XXI, observa-se uma ressignificação funcional deste material. Agora, este estaria como uma ferramenta de auxílio ou mediador dos processos de ensino-aprendizagem. Todavia, não existe uma concepção singular e comum na contemporaneidade. Há discussões que o livro seria uma ferramenta para o aluno, uma vez que estaria com uma linguagem adequada para este educando (ROMANATTO, 2004). Ou que teria uma função mais sólida para o professor, demonstrando alternativas de apresentar certos conteúdos de Ciências

(MEGID-NETO & FRACALANZA, 2003). Ou até mesmo, que este seria uma ferramenta de manipulação de política estatal e econômica, dado seu atual quadro político-legislativo (MUNAKATA, 2012).

Entretanto, para Diaz (2011), independente de sua real função para o ensino formal contemporâneo, é importante assinalar que o livro didático, é direcionado por demandas curriculares providas dos programas governamentais. Desta forma, esta ferramenta no século atual, está completamente sujeita a estes documentos nacionais de ensino. Ou seja, implica-se que o livro didático, é apenas um reflexo de um grande complexo curricular e que toda a sua mudança, atualização, demandas e necessidades estão alicerçadas e sujeitas a estes documentos.

1.2 As Pesquisas Em Livros Didáticos Brasileiros De Ciências.

O livro didático, enquanto ferramenta e construção político-social, esteve presente durante todo o século XX. Todavia, apenas foi reconhecido como campo de pesquisas para o ensino em Biociências nas décadas finais deste período. Para Choppin (2004), este só tornou objeto acadêmico de pesquisas científicas no final dos anos de 1980 e tendo seu ápice na década de 1990. Este interesse repentino neste material, pode estar ligado a implantação do Programa Nacional de Distribuição do Livro Didático (PNLD) no ano de 1985 (BRASIL, 1985; FRANCO, 1992).

Ainda para o autor, estas pesquisas foram guiadas, primariamente, com finalidades de análises conceituais. Fato este, que corrobora com o ideal identitário funcional que o livro didático apresentava neste período. Como dito anteriormente, este recurso era utilizado como um “manual”, e que por consequência todo seu embasamento conceitual empirista e neopositivista se torna foco destas pesquisas.

O aumento da oferta dos livros didáticos dado este programa governamental, culminou-se no século XXI com a profissionalização das editoras (Nunez et al., 2003). Neste sentido, as pressões e concorrências da produção e custeio do livro podem ter auxiliado, no início do século atual, pesquisas múltiplas acerca deste material de Ciências/Biologia dentro dos mais diversos espectros identitários e formativos. Como relações: Interdisciplinares (GROSSI, 2004; BONOTTO & SEMPREBONE, 2010; SANTOS & NETO, 2018), conservacionistas (RIBEIRO, 2006; SOARES, 2005), biodiversidade (DINIZ e TOMAZELLO, 2005), avaliação curricular (LEÃO, 2003), desenvolvimento histórico-político (GARCIA & BIZZO, 2010; NASCIMENTO, 2018) dentre outras.

Sendo assim, o objetivo deste estudo, é um levantamento histórico político-legislativo dos livros didáticos de Ciências pelo método do uso de revisão bibliográfica dos documentos oficiais que regeram os processos deste material.

2 O Histórico Político-Legislativo Do Livro Didático Brasileiro.

2.1 Comissão Nacional Do Livro Didático/Instituto Nacional Do Livro.

A primeira ação governamental atribuída aos livros didáticos, é datada em 1937 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) pelo decreto-lei nº 93/1937. 27/12/1937, p. 25586 (BRASIL, 1937). Este órgão, estaria sendo estabelecido com a finalidade de legislar sobre políticas acerca dos livros didáticos para o ensino público brasileiro. Estabelecendo assim, uma maior proximidade entre o governo e os “manuais didáticos”. Esta iniciativa se deu no governo de Getúlio Vargas, por intermédio do Ministro da Educação e Saúde Pública: Gustavo Capanema. Segundo este, seria dever do Estado proteger o livro didático, não só facilitando sua divulgação, também como vigiando seu uso (FREITAS, 2006; LIMA & CIASCA, 2020).

A sede do INL era na capital do Brasil desta época, Rio de Janeiro, localizado na Biblioteca Nacional. Toda a sede era dividida em 3 seções: Enciclopédias/Dicionários, Publicações e Bibliotecas. Além, deste órgão também ter recebido incumbências de baratear o preço de produção do livro, editar livros didáticos estrangeiros facilitando sua importação e aumentar significativamente o tamanho das bibliotecas nacionais (LIMA & CIASCA, 2020).

Todavia, vale lembrar, que neste período histórico, estava em implantação políticas do Estado Novo. Sendo este um momento de autoritarismo e de integridade nacional. Buscava-se então, que os livros apresentassem em seu escopo políticas nacionalistas que estavam em crescimento desde a independência do Brasil, no século anterior. Desta forma, o governo impõe ao INL, pelo Decreto-Lei no 1.006/1938, um controle na adoção e distribuição dos livros didáticos em território nacional (FREITAS, 2006).

Dado todo este percurso autoritário e nacionalista, é criado pelo INL e regido por ele também, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) pelo Decreto-Lei 1006/1938 (BRASIL, 1938). Estando em suas responsabilidades examinar, avaliar e julgar os livros didáticos por meio de uma banca examinadora. Entretanto, esta comissão, não analisava o poder pedagógico ou técnico-científico que o livro apresentava. Apenas suas ideologias e propostas. Regulamentando assim, toda a política nacional do livro didático. Esta afirmativa

se apresenta nos trabalhos de Witzel (2002), onde o mesmo infere em seus dados que dentre as 16 diretrizes de avaliação do livro didático, apenas 5 estariam ligadas a relações pedagógicas, técnicas e científicas. Enquanto as demais estariam estritamente ligadas a relações políticas, ideológicas e nacionalistas. Vale assinar, que é neste mesmo decreto, que o termo “Livro Didático” é cunhado (BRASIL, 1939).

Ferreira (2008), discute as dificuldades apresentadas pela CNLD no processo de avaliação dos livros. O autor afirma que houveram severas mudanças de nomeações para a banca examinadora, dado os perceptíveis rascunhos e nomes riscados nas atas arqueológicas. Gustavo Capanema, também se tornou o coordenador desta comissão, e discutem os métodos estabelecidos por ele com a finalidade de sanar as dificuldades em manter a CNLD ativa. Uma destas foi em desdobrar esta comissão em 9 seções, contudo, mesmo assim, em 1941, dos 1.986 livros enviados para avaliação, apenas 10% havia sido analisado e menos de 5% chegou em território escolar (FERREIRA, 2008). Capanema em 11 de dezembro de 1941, pronuncia-se em relação a este ocorrido, e assume estado de urgência. Cobrando do governo uma solução imediata. Sendo uma destas, a suspensão da seção de redação, negligenciando das produções análises referentes a escrita e linguagem (SOARES & ROCHA, 2005).

Vahl (2014), relata que o nos anos de 1940, o INL passou por um ostracismo por razões de baixo investimento, influenciando diretamente o CNLD e sua qualidade na aprovação dos livros. Toda esta complexidade problemática, atingiu o mercado editorial promovendo manifestações contra o INL, onde em uma carta do sindicato nacional das editoras informou-se a paralisação das produções dos livros didáticos em território nacional, além de cobrar justificativas para os livros que não foram autorizados no ano de 1943 (SOARES & ROCHA, 2005).

Desta forma, desenvolveram-se muitos questionamentos acerca da legitimidade da CNLD, sendo assim, a falta de êxito se deu por inoperância e ineficiência do projeto (FREITAS, 2006). Montovani (2009) expõe que a centralização do poder, o risco de censura e as acusações de manipulação política e editorial se tornaram o motivo do fracasso.

Apesar dos problemas abordados na operacionalização da CNLD, ela ainda se manteve vigente, e se consolida pelo decreto-Lei nº 8.460 de 1945, com a finalidade de ampliar a comissão, porém mantendo seus poderes (MONTOVANI, 2014). Esta nova lei, de acordo com a ementa, consolidou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Sendo dividida em 5 capítulos: Elaboração e utilização do livro, Comissão Nacional do Livro Didático, Processos de autorização do livro, Causas que impedem a sua autorização e disposições gerais. Esta parte da história da CNLD é marcada

como era pós Gustavo Capanema, pois ocorreu no fim de sua gestão (DASSIE, 2012). Diferente do decreto de 1938, este agora não atribuía uma data fixa para ocorrer todo o processo de análise dos livros didáticos. Esta data seria determinada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1945).

Em relação ao processo de avaliação, a CNLD agora tem a obrigação de justificar a não autorização dos Livros Didático submetidos, além de sugerir possíveis alterações e ou correções (ART. 18º), reedições de livros previamente autorizados (ART. 21º) e avaliações externas em caso de autores participantes da banca examinadora (ART. 25º) (BRASIL, 1945).

No que tange a divulgação das listas das produções aceitas, de acordo com o ART.23º estaria sob obrigação do Ministério da Educação e Saúde, e que ocorreria semestralmente. Além de deixarem claras as diretrizes para a não autorização dos Livros Didáticos no ART.26º:

- a) Que atende, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou honra nacional;
- b) Que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime democrático;
- c) Que Viola qualquer ofensa às autoridades constituídas, às forças armadas, ou as demais instituições nacionais.;
- d) Que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tende deslustrar as figuras dos que bateram ou sacrificaram pela pátria;
- e) Que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto o valor e o destino do povo brasileiro;
- f) Que inspire o sentimento de superioridade ou inferioridade do homem de uma região do País, com relação as demais regiões;
- g) Que incite ódio contra raças e nações estrangeiras;
- h) Que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais e as raças;
- i) Que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) Que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) Que inspire o desamor á virtude, induza o sentimento de inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana (BRASIL, 1945, p.1).

Além de não ser possível alterar o preço de mercado do Livro didático (ART 33º). Dessie (2012), discute que este novo decreto, é um projeto mais elaborado da gestão de Capanema, porém, além de possuir uma política centralizadora e de cunho puramente ideológica, este novo decreto consegue sanar as dificuldades avaliativas nos prazos, iniciando a gestão de Clemente Marini na CNLD.

Ao longo das próximas décadas, outros projetos que propuseram diretrizes para livros didáticos nacionais foram discutidos, todavia, nenhum foi aprovado. Sendo assim, até 1969 a CNLD permaneceu como programa governamental oficial de aprovação e importação destes

livros para todo o território brasileiro (MONTOVANI, 2009). Quando neste mesmo ano, ela é extinta pela Portaria Ministerial nº 594/1969 (BRASIL, 1969).

2.2 Comissão Do Livro Técnico E Do Livro Didático/Mec-United States Agency For International Development.

Com a tentativa de solução para os livros didáticos, durante a ditadura militar, criou-se a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) em 1966, antes mesmo da total extinção da CNLD, pela Portaria nº 3412/1966 (BRASIL, 1966). Esta nova comissão era um acordo entre o Brasil Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a United States Agency for International Development (USAID). Este convênio, tinha como um dos objetivos, distribuir livros científicos para os para todo o ensino público brasileiro no período de 3 anos. Montovani (2009) relata que esta comissão apresentava um alto investimento financeiro, além deste acordo ser altamente sugestivo dada a corrida espacial e a produção de novos cientistas dados os eventos da guerra fria.

Neste novo contexto, Batista (2002) descreve que o livro didático passou por mudanças estruturais. Se apresenta em seu escopo exercícios e atividades propostas seguindo o método científico. Além de mudanças econômicas, como o tempo de validade do livro e o modo de produção do material, utilizando materiais mais resistentes e de melhor qualidade, como ilustrações, gráficos e cores. Além da criação do livro do professor (MASCULO, 2008).

Cassiano (2003) discute o salto econômico que as editoras possuíram neste momento, principalmente nos livros de Ciências com a expansão do ensino público gratuito pela Lei nº5692/71. E com o ideal de levar livros didáticos para todas as regiões brasileiras. Entretanto, Munakata (2006) observa que as diretrizes e formas avaliativas ainda mantinham o Estado centralizador e vigilante, cabendo a este participar e editar livros didáticos que não estariam de acordo com os valores educacionais brasileiros nas óticas militares.

Vale lembrar que por meio da COLTED gerida pelo MEC-USAID, todo o ensino foi contemplado, incluindo o Ensino superior, cobrindo assim, todo o espectro da educação, visando disponibilizar aproximadamente 51 milhões de livros em seus primeiros 3 anos de atuação (BRASIL, 1966), sendo o livro didático estritamente ligado aos movimentos progressistas socioeconômicos (MUNAKATA, 2006).

Em 1967 é nomeado como coordenador da COLTED, Ruy Baldaque Guimarães, o qual junto ao colegiado, firmou os critérios de avaliação no relatório da comissão em 6 de

maio de 1967, sendo estes:

- 1) Conteúdo que reflita o que de melhor o especialista ache que deva ser ensinado sobre o assunto; tendo conta a evolução deste setor do conhecimento, introduzindo inovações compatíveis com esta evolução e vivificar o ensino e aprendizagem;
- 2) Empregar método que reflitam as modernas diretrizes para uma aprendizagem dinâmica. Apresentar a matéria em forma de problemas e estimular a atividade de pesquisa.
- 3) Adequar a faixa etária em relação ao conteúdo e vocabulário; ajustando a realidade brasileira.
- 4) A matéria deve possibilitar aos estudantes a aquisição de conhecimentos que os habilitem a utilizá-los na vida diária.
- 5) Promover Leitura reflexiva, estimular atitude científica e objetiva; estimular o interesse do prosseguimento nos estudos.
- 6) Estimular a utilização de obras de referência, recursos audiovisuais, literatura e pesquisas diretas;
- 7) Estabelecer condições para que o professor atue como orientador do trabalho do aluno, e não como repetidor;
- 8) Oferecer condições para se observar as diferenças individuais, com exercícios e atividades opcionais.
- 9) As atividades de natureza científica, como laboratório devem conter orientações sem instruções que eliminem a atitude científica do aluno. (BRASIL, portaria nº69, 1967, p.1)

É importante relatar que no mesmo documento, ocorre pela primeira vez nas diretrizes públicas de livros didáticos, as finalidades de cada área do conhecimento ocorre de forma separada. Para os livros de Ciências, as finalidades específicas eram de compreensão do conhecimento científico, o método científico, como fazer Ciências, observação, interpretar fenômenos naturais e incentivar a autodescoberta.

Entretanto, é relatado por Montovani (2009) a insatisfação dos educadores com este programa. Suas críticas se baseavam no real conteúdo do livro que não condizia com as finalidades propostas pelos documentos oficiais redigidos. Além de severas denúncias e investigações a possíveis desvios de verbas para outros setores do governo e até mesmo para a iniciativa privada. Dentro deste cenário problemático, é criada uma comissão de inquérito pela portaria do sexto gabinete (BRASIL, 1971). Munakata (2006) relata também um episódio de denúncias anônimas sobre livros socialistas e comunistas que estariam sendo aprovados e distribuídos por meio da COLTED, e que estes estariam ferindo os valores comandados pelo período ditatorial, estes eventos foram conhecidos como o “escândalo da COLTED” (WITZEL, 2002).

Dado toda a problemática ocorrida e as irregularidades, o poder de produção e coedição dos livros didáticos voltam a ser do poder do Instituto Nacional do Livro (INL) sob supervisão do MEC, o qual em 1971, promove a extinção da COLTED (MONTOVANI, 2006).

2.3 Programa Do Livro Didático/Instituto Nacional Do Livro.

Com a queda e extinção da COLTED, o INL passou a comandar sob a direção de Maria Alice Barroso, a coedição dos livros didáticos em parceria com empresas privadas, evidenciando na história deste material, a primeira tentativa de independência da indústria livreira com o Estado (VAHL, 2014). E, por meio do Decreto-Lei nº 68.728/71 cria-se o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Fundamental -PLIDEF- (BRASIL, 1971).

O PLIDEF, era apenas um dos programas criados pelo INL por meio deste decreto, o ensino médio e o ensino superior também estariam contemplados nesta nova estrutura política para os livros didáticos (PLIDEM e PLIDES respectivamente) como pode ser observado nos documentos oficiais de criação.

Com o uso de recursos estaduais, cada estado do Brasil teria sua obrigação na distribuição dos livros didáticos em seu território por meio de suas secretarias de educação, sendo sua principal preocupação, o barateamento dos livros, e seguindo 5 passos para o livro poder chegar em território escolar: 1) Encaminhamento pelas editoras os exemplares para o INL; 2) Avaliação do material pelo Departamento de Ensino do MEC; 3) Seleção das obras consideradas adequadas com a elaboração do plano de distribuição; 4) Fechamento do contrato entre o INL com as editoras dos exemplares aprovados; 5) Distribuição das tiragens dos livros pertencentes agora ao INL/PLIDEF dentro das escolas por meio das secretarias estaduais. (BRASIL, 1971).

As diretrizes avaliativas do PLIDEF e PLIDEM/INL eram muito subjetivas e divididas em duas etapas. A primeira se baseava na avaliação da grafia de cartilhas e livros paradidáticos, enquanto a segunda avaliava-se os livros didáticos, com as diretrizes de: Produção gráfica (corpo da letra, formato, cor, ilustrações e acabamento), produção didática (objetivos do ensino, texto, recursos complementares e coerência metodológica) e o manual do professor (produção metodológica, sugestão de atividades e conteúdo) (BRASIL, 1973). E, no conteúdo de Ciências, o livro deveria: desenvolver o pensamento lógico e a “vivência do método científico”, tecnologias e suas aplicações, tornar o educando capaz de atuar sobre o mundo e natureza, estimular o espírito de investigação, pensamento lógico e noção das leis científicas, com os seguintes tópicos avaliativos:

- 1) Adquirir conhecimentos científicos básicos;
- 2) Interpretar o meio ambiente;
- 3) Solucionar problemas;
- 4) Adquirir atitudes científicas;
- 5) Interessar-se pelo mundo que se vive;

- 6) Entender o valor das ciências naturais, cientistas e técnicos;
- 7) Aplicar os conhecimentos adquiridos em novas situações;
- 8) Desenvolver o pensamento crítico, reflexivo e criativo;
- 9) Redescobrir conhecimentos científicos;
- 10) Aplicar o método científico de investigação;
- 11) Valorizar a natureza sob múltiplos aspectos (Normas para Análise e seleção dos livros para o ensino PLIDEF/INL/MEC 1971, p.5)

Vahl (2014), afirma, que o PLIDEF/INL colaborou com a produção de altas tiragens de livros didáticos, auxiliando em maiores acessos deste material a maior parcela de estudantes. Um aluno poderia adquirir este livro por meio direto pelas secretarias estaduais, ou comprando por um preço de custo em livrarias. Entretanto, a livrarias não estariam cumprindo esta parte do acordo e cobravam valores altos pelo livro. Além de não haver uma garantia efetiva provinda das secretarias acerca da real distribuição para os alunos e de outros problemas, como a não aprovação e aceitação de exemplares de algumas secretarias estaduais.

2.4. Programa Do Livro Didático/Fundação Nacional Do Material Escolar.

Todavia, em 1976, por meio do decreto-Lei n°. 77.107 a responsabilidade do PLIDEF e demais foram transferidas para a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) (BRASIL, 1976). Para Montovani (2006), esta transferência de responsabilidades do INL para a FENAME aconteceu com o objetivo de o livro didático apresentar políticas assistencialistas, para a distribuição deste material para populações mais carentes.

No que tange a estrutura de diretrizes de avaliação e escopo do livro didático para o PLIDEF, a FENAME manteve tudo igual ao INL, sendo sua única alteração, uma maior tiragem extra para que a editora do livro pudesse comercializar de forma paralela do governo. E para o PLIDEM, houver mudanças na pontuação dos livros a serem adotados, como livros de Zootécnica, Petroquímica, Saúde Pública e Desenho (BRASIL, 1976), sendo neste momento da história, o auge do tecnicismo no ensino, e o documento oficial, já considerava a falta de escolas profissionalizantes como um problema para a continuação do plano (FILGUEIRAS, 2011).

Para Filgueiras (2011), o principal problema de execução do PLIDEF, PLIDEM e PLIDES foram a falta de investimentos nestes quando passados para FENAME. No auge ditatorial, a falta de recurso estadual para o programa (visto que o PLIDEF e demais eram planos de execução estadual, e não federal, apenas sua avaliação ocorria na esfera federal) atingiu diretamente nas qualidades deste, desenvolvendo problemas na coedição dos livros e até mesmo na distribuição destes. Outro problema relatado pela autora é a dificuldade em

organizar e encontrar especialistas para conduzir a produção destes livros.

Contudo, em janeiro de 1982, por meio da portaria nº 419, o Ministério da Educação, promove a extinção da avaliação do livro didático da esfera federal. Promovendo total e única responsabilidade estadual na execução e qualidade do PLIDEF, PLIDEM/FENAME. Com a justificativa de elaborar melhores critérios avaliativos de acordo com as peculiaridades regionais (BRASIL, 1982). Sendo as comissões de avaliação formadas por: Representante do conselheiro Estadual, equipe de currículo e supervisão do Estado, e professores regentes.

Para Hoffling (1993), o plano ditatorial nacional, visava o aumento dos livros didáticos para população carente, dentro do plano nacional previsto nos documentos. Todavia, esta meta não estava sendo cumprida, e por meio deste cenário, a FENAME é transformada na Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), pelo decreto-lei nº 7.091, que permaneceu até 1985.

2.5 Programa Nacional Do Livro Didático/Fundo Da Educação Básica.

Filgueiras (2011), atribui que o final da ditadura e o período de redemocratização do país ocasionou mudanças na orientação educacional. Dentro deste contexto, por meio do Decreto-Lei nº 91.542 os PLID's são extintos. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é legislado e sob responsabilidade ainda da FAE no governo Sarney (BRASIL, 1985), sendo sua primeira versão, atuando unicamente para o ensino fundamental I.

Neste novo programa, a administração dos livros didáticos deixou de ser do poder estadual, e voltou a ser de cunho federal. Além de novas mudanças como a abolição do livro descartável e escolhas promovidas pelo professorado. Para Cassiano (2003), a produção de um novo programa extinguido sem muitas justificativas, o anterior estaria ligado as manobras políticas de agregar valor ao governo atual e degradar a imagem do governo anterior, que neste caso, era ditadura.

No início de execução do PNLD até 1993, o programa consistia na compra e distribuição de livros didáticos para alunos do Fundamental I. Entretanto, após esta data, com o Plano Decenal de Educação para Todos, há uma reconfiguração do programa, sendo chamado de segunda fase. O período do governo de Fernando Henrique Cardoso, de acordo com Basso (2013), foi o principal responsável pelas mudanças de fases do PNLD. A partir do plano Decenal, o livro didático passou a ser considerado como um material primordial para o ensino formal, além de instituir um plano avaliativo para estes livros.

A implementação de avaliação de livros didáticos ocorreu em 1996. Desde sua

primeira edição, até os dias atuais são elaborados guias resultantes deste processo avaliativo. A saber: Guia de Livro Didático PNLD 1996, 1998; 2001; 2004; 2007; 2010; 2013 (2012 Ensino Médio); 2016 (2015 para o Ensino Médio); Guia de Livro Didático PNLD 2019 (2018 para o Ensino Médio).

Sendo todo este processo por meio de triagem, tendo seu início com a análise técnica do material, onde as editoras por meio de inscrição, submetem seus originais para o MEC. Logo após esta etapa, o livro didático passa pela análise avaliativa sem a identificação dos autores. Esta comissão desta etapa é composta por pareceristas independentes para cada área do saber de acordo com a coleção destinada.

As primeiras diretrizes avaliativas, seguiam as seguintes categorias:

Excluídos - livros que apresentavam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceitos ou discriminações de qualquer tipo;

Não recomendados - livros nos quais a dimensão conceitual apresenta insuficiência, sendo encontradas impropriedades que comprometessem significativamente sua eficácia didático-pedagógica;

Recomendados com ressalvas - livros que possuíssem qualidades mínimas que justificassem sua recomendação, embora apresentassem problemas que, se levados em conta pelo professor, poderiam não comprometer sua eficácia;

Recomendados - livros que atendessem, satisfatoriamente, aos critérios de análise comuns e específicos utilizados pelo Programa (BRASIL, 1996, p.3).

Em 1997, ocorre a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), e a partir de então toda a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida, integralmente, para o Fundo Nacional do Desenvolvimento (FNDE), e ainda, sob orientação do MEC

Em sua primeira fase, até o ano de 2004, o PNLD apresentava dois critérios avaliativos, sendo estes divididos em classificatórios e eliminatórios. Sendo após esta data, apenas permanecendo até a atualidade os critérios eliminatórios (BASSO, 2013).

Todo o ensino de Ciências, desde sua primeira versão até a atualidade, visam os seguintes aspectos; (1) Integridade física dos alunos; (2) Compromisso com a ética e cidadania; (3) Aspectos teórico-metodológicos; (4) Atividades experimentais; (5) Aspectos visuais (ilustrações, fotos e figuras) e (5) Manual do Professor. Entretanto, os estudos de Megid Neto e Fracalanza (2006) demonstram problemáticas conceituais presentes no processo avaliativo do PNLD para os livros de Ciências/Biologia, sendo estes a desatualização conceitual e a falta de análises mais criteriosas acerca dos termos técnico-científicos. Os autores delegam a evolução dos livros didáticos de Ciências dentro deste programa apenas em sua parte gráfica (os desenhos e gráficos melhoram de acordo com as edições), todavia o escopo conceitual permanece o mesmo.

É válido lembrar, que o ensino médio só é contemplado no programa no século XXI, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, com uma versão denominada de Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) pela Resolução 038/2003 (BRASIL, 2003). E, que logo após, é absorvido pelo próprio PNLD pelo Decreto-Lei nº 7.084/2010 (BRASIL, 2010).

Apresentando uma alta taxa demográfica de acesso, o PNLD possui assim como nos programas passados, um objetivo de maior acesso do livro didático para todo território nacional. Além do mesmo, estimular a atuação editorial assim como o PLIDEF, contudo, com a corrida editorial promovida pelo atual programa, e suas compras governamentais do livro didático, desencadeou um oligopólio editorial, onde poucas editoras detêm o capital de produção dos livros didáticos para todo o Brasil (CASSIANO, 2003). Sendo esta problemática, trazida nos estudos de Munakata (2012), a qual delega ao PNLD, ainda a um estado totalitarista o qual seleciona de acordo com suas necessidades políticas o que deve ser produzido enquanto saber escolar por meio dos livros didáticos do programa. Além de não ser permitido a vinculação de outros programas ou editoras para livros didáticos sem terem sido aprovados pelo Estado.

3.Considerações Finais

Discussões acerca dos livros didáticos não podem ser promovidas sem o uso do conceito político estatal, uma vez que o próprio termo deste material está diretamente ligado à políticas públicas governamentais de cunho legislativo e institucional. Sendo assim, observa-se que no decorrer do século XX, uma massa produtora passou-se a ser detentora dos meios de produção deste material, sendo elas as editoras, que por sua vez, impulsionadas por escolhas do monopólio estatal. Desta forma, inclui-se a função econômica do livro didático no discurso, a qual não pode ser desvinculada do termo “livro didático” até a atualidade.

A problemática de um monopólio estatal e editorial dos livros didáticos, pode se dar pelo alto controle e censura que pode acometer este material, uma vez que apenas o Estado vem selecionando durante décadas quais edições são aprovadas ou não, seguindo suas próprias diretrizes de aceite. Carregando consigo, signos políticos que poderão estar alicerçados no Ensino de Ciências, e todo seu processo, além de um movimento unidirecional de selecionar os conhecimentos socialmente válidos acerca dos saberes científicos, e declarando-os como autênticos ou não. Esta forma de monopólio, ainda pode ser reconhecida como uma censura branda.

O Ensino em Ciências em si já se torna um componente múltiplo em seu conceito

epistêmico, pois parte de várias áreas científicas (e.g. Zoologia, Botânica, Ecologia, Física etc.) que possuem seus processos formativos, identitários, econômicos e culturais únicos, e comportando enquanto saber escolar no livro didático, desta forma, a complexidade epistêmica do termo Ciência somado as multifaces do livro didático resulta em vários campos de pesquisa e questionamentos sobre o tema.

Assume-se que na contemporaneidade pós-moderna, as pesquisas em livros didáticos se tornaram mais abrangentes, sendo assim, admite-se que múltiplas pesquisas neste material se tornam promissoras. Pois de fato, só é possível desenvolver diversas produções intelectuais neste material, dado suas possíveis multifaces que este possui e apresenta no ensino formal. Todavia, assina-se aqui, que o livro didático ainda precisa de mais pesquisas sobre seu escopo identitário e formativo, pois suas relações são inúmeras no que tange sociedade, economia, desenvolvimento, história e técnico-científico. Entretanto, entende-se que o livro didático é só uma engrenagem de todo um maquinário chamado Educação e Sociedade.

Referências

- Basso,L.P. (2013). Estudo acerca dos critérios de avaliação de livros didáticos de Ciências do PNLD–Período de 1996 e 2013. *Anais do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*, Recife. 1-15 .
- Batista ,A. A. (2002). Recomendações para uma política pública de livros didáticos. *Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Fundamental.
- Bonini, A. (1998). O ensino de tipologia textual em manuais didáticos de 2º grau para a língua portuguesa. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 7-20.
- Bonotto,D.M., Semprebone, A. (2010). Educação ambiental e educação em valores em livros didáticos de ciências naturais. *Ciência & Educação*, 16 (1), p. 131-148.
- Brasil. (1937). Decreto-Lei no 93/1937. Exposição de Motivos legislativos.
- Brasil. (1937). Decreto-Lei nº 93/1937. Instituto Nacional do Livro.

Brasil. (1938). Lei nº 7.091. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar.

Brasil. (1939). Decreto-Lei nº 1.006/1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Brasil. (1945). Decreto-Lei nº 8.460/1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Brasil. (1966). Decreto nº 59.355/1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66.

Brasil. (1966). Ministério da Educação. Portaria nº 3412. COLTED.

Brasil. (1969). Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 594. Extinção da Comissão Nacional do Livro Didático.

Brasil. (1971). Ministério da Educação. Portaria de Número 6. Irregularidades na COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático.

Brasil. (1971). Portaria de número 6. Constitui Comissão de Inquérito encarregada de apurar o caso COLTED.

Brasil. (1973). Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro didático.

Brasil. (1976). Ministério da Educação. Decreto nº 77,107. Mudanças de critérios avaliativos dos livros didáticos.

Brasil. (1982). Ministério da Educação. Portaria de Número 2. Confere as secretarias de educação as atribuições de análise do Livro Didático.

Brasil. (1985). Decreto nº 91.542. Institui o Programa Nacional do Livro Didático.

Brasil. (2003). Ministério da Educação. Resolução n° 38. Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio.

Brasil. (2010). Ministério da Educação. Decreto-Lei n° 7.084. Absorve ao PNLD o Programa Nacional do Livro para o Ensino médio.

Carlini-Cotrim, B., Rosemberg, F. (1991). Os livros didáticos e o ensino para a saúde: o caso das drogas psicotrópicas. *Revista de Saúde Pública*. 299-305

Cassiano, C.C. (2003). Circulação do livro didático - entre práticas e prescrições: políticas públicas, editoras, escolas e o professor na seleção do livro escolar. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Choppin, A. (2004). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e pesquisa*. 30(3). 549-566.

Dassie, B.A. (2012). A Comissão Nacional do Livro Didático após 1945 e os livros de matemática aprovados para uso no ensino secundário. *Revista HISTEDBR On-Line*. 12(7). 88-107

Díaz, O.R. (2011). A atualidade do livro didático como recurso curricular. *Linhas Críticas*, 17(34). 609-624.

Diniz, E. M., Tomazello, M. G. C. (2005). Um estudo sobre o tema biodiversidade em livros de ciências do ensino fundamental. In: *Terceiro encontro de pesquisa em educação ambiental*. Ribeirão Preto. 1-15.

Ferreira, R.C.C. (2008). A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945). 170f. Dissertação de Mestrado do programa em História. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. São Paulo.

Filgueiras, J.M. (2011). Os processos de Avaliação de Livros Didáticos no Brasil (1938-1984). 300f. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em educação. Pontifícia Católica de São Paulo.

Fracalanza, H.(1993). O que sabemos sobre os livros didáticos para o ensino de Ciências no Brasil.280f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Campinas.

Franco, M.L. (1992). O livro Didático e o Estado. *Editora Andes*.

Freitas, I. (2006). A historiografia escolar da Comissão Nacional do Livro Didático (1928/1941). *Revista História e Ensino*. 12(1). 141-156.

Freitas, N.K; Rodrigues,M.H. (2008). O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. *Revista da Pesquisa*. 3(1). 1-8.

Fusari,J.C. (1990) O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. *Série Ideias*. 8(1). 44-53.

Garcia, P.S., Bizzo, N. (2010). A pesquisa em livros didáticos de ciências e as inovações no ensino. *Educação em foco*. 13(15).13-35.

Grossi, F. M. C. (2004). Educação ambiental e o livro didático no ensino fundamental. 168f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Hoffling, E.M. (1993). A FAE e a execução da Política educacional. 320 f. Tese de Doutorado (programa de educação). Universidade de Campinas. Campinas.

Leão, F. B. F. (2003). O que avaliam as avaliações de livros didáticos de ciências? 1ª a 4ª séries do Programa Nacional de Livros Didáticos. 218f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Lima, N.G., Ciasca, M.I. (2020). História da avaliação pedagógica do livro e do material didático no Brasil. *Research, Society and Development*. 9(3). 1-26.

Másculo, J.C. (2008). A Coleção Sérgio Buarque de Hollanda: livros didáticos e ensino de História. 240f. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em História). Universidade De São Paulo. São Paulo.

Megid Neto, J., & Fracalanza, H. (2003). O livro didático de ciências: problemas e soluções. *Ciência & Educação (Baururu)*.9(2). 147-157.

Miranda, S.R., Luca, T.R.(2004). O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. 24(48).123-144.

Montovani, K.P.(2014). O Programa Nacional Do Livro Didático- PNLD. Impactos na Qualidade do Ensino Público.220f. Dissertação de Mestrado Universidade de São Paulo. (Programa de pós-graduação em geografia humana). São Paulo.

Munakata, K. (2012). O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições*. 23(3). 51-66.

Nascimento, F.L. (2018). Livros, leituras e impressos na escola primária do Rio Grande do Norte (1910-1930).*Research, Society and Development*. 7(6). 1-18.

Núñez, I. B., Ramalho, B. L., Da Silva, I. K. P., & Campos, A. P. (2003). A seleção dos livros didáticos: um saber necessário ao professor. O caso do ensino de Ciências. *Revista Iberoamericana de Educación*. 33(1). 1-11.

Ribeiro, M. W.(2006). Os conteúdos ambientais em livros didáticos de geografia de 1º e 2º ciclos no ensino fundamental. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Romanatto,M.C. (2004). O livro didático: alcances e limites.7º *Encontro paulista de matemática*.

Santos, L.S., Neto, L.C.B. (2018). De que forma pessoas negras têm sido representadas em livros didáticos de Ciências utilizados em escolas públicas de Santa Maria-RS ?. *Research, Society and Development*. 7(9). 1-16.

Soares, A. A. R. (2005). *Temáticas ambiental e do trabalho nos livros didáticos de História de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental: rede municipal do Rio de Janeiro*. Disponível

em:<<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20055231018017010P0>>.

Acesso em: 27 abr. 2019.

Soares, F.S; Rocha,J.L.(2005). As políticas de avaliação do Livro Didático na Era Vargas: A comissão Nacional do Livro Didático. *Revista Zetetike*. 13(2). 81-112.

Stray, C. (1993). *Quia Nominor Leo: Vers une sociologie historique du manuel*. In: CHOPPIN, Alain (org.) Histoire de l'éducation. 58 (numéro spécial). Manuels scolaires, États et sociétés. XIX-XXesiècles, Ed. INRP. Paris.

Vahl, M.M. (2014). O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro–PLIDEF/INL (1971-1976): um estudo sobre as condições históricas e sociais e as paradas em jogo no campo. 220f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

Witzel, D.G.(2002). Identidade e livro didático: movimentos identitários do professor de língua portuguesa. 340f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Hugo José C.C de Azevedo – 50%

Eric Vinaud de Melo Farias– 35%

Cristiane Pereira Ferreira – 15%